

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2690938220200417105524

Processo 0801855-37.2020.8.23.0010 ☆ - (86 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor Público ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à

Descrição:

34 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 34

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>[-]</div> 34	17/04/2020 10:55:24	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (01/04/2020)	Procurador
<div>34.1 Arquivo: PetiçãoAss.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO2688629IMPUGNACAOOLAUDOPERICIAL01.pdfPúblico</div>			
33	13/04/2020 00:02:29	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de FERNANDA BARROS DE LIMA) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 29) JUNTADA DE LAUDO (01/04/2020) e ao evento de expedição seq. 31.	SISTEMA CNJ
32	11/04/2020 21:43:14	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 04/05/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 29) JUNTADA DE LAUDO (01/04/2020) e ao evento de expedição seq. 30.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
31	02/04/2020 08:25:48	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de FERNANDA BARROS DE LIMA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 29) JUNTADA DE LAUDO (01/04/2020)	PAULO RICARDO SOUSA CAVALCANTE Analista Judiciário
30	02/04/2020 08:25:48	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 29) JUNTADA DE LAUDO (01/04/2020)	PAULO RICARDO SOUSA CAVALCANTE Analista Judiciário
<div>[+]</div> 29	01/04/2020 18:06:55	JUNTADA DE LAUDO	VITOR PARACAT SANTIAGO Perito
28	10/03/2020 09:19:49	JUNTADA DE COMPROVANTE Devolução sem Leitura - De MANDADO expedido(a) (seq. 15) em 14/02/2020 - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (31/01/2020). Parte: FERNANDA BARROS DE LIMA	PAULO RICARDO SOUSA CAVALCANTE Analista Judiciário
<div>[+]</div> 27	08/03/2020 23:19:31	RETORNO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 15) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (14/02/2020 10:38:46). Parte: FERNANDA BARROS DE LIMA	Martha Alves dos Santos Oficial de Justiça
<div>[+]</div> 26	05/03/2020 15:52:14	JUNTADA DE PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (31/01/2020)	Thiago Amorim Dos Santos Advogado
<div>[+]</div> 25	05/03/2020 13:59:00	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (14/02/2020)	Thiago Amorim Dos Santos Advogado
<div>[+]</div> 24	04/03/2020 11:28:23	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
23	29/02/2020 00:06:39	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 16) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (14/02/2020) e ao evento de expedição seq. 17.	SISTEMA CNJ
<div>[+]</div> 22	28/02/2020 09:40:13	LEITURA DE CARTA DE CITAÇÃO (A.R.) REALIZADA CARTA DE CITAÇÃO (A.R.) lido em 28/02/2020 - Referente ao evento de expedição (seq. 9) EXPEDIÇÃO DE CARTA DE CITAÇÃO (A.R.) (23/01/2020 10:08:46)	LIANE FLORIANO DIAS Estagiária
21	25/02/2020 00:01:15	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de FERNANDA BARROS DE LIMA) em 27/02/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 16) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (14/02/2020) e ao evento de expedição seq. 18.	SISTEMA CNJ
20	18/02/2020 11:47:28	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 18/02/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 16) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (14/02/2020) e ao evento de expedição seq. 17.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
19	17/02/2020 12:50:01	REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 15) em 14/02/2020 10:38:46. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: Martha Alves dos Santos. Parte: FERNANDA BARROS DE LIMA	JHEMENSON SANTOS FERREIRA Servidor Central de Mandados
18	14/02/2020 10:53:08	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de FERNANDA BARROS DE LIMA com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 16) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (14/02/2020)	PAULO RICARDO SOUSA CAVALCANTE Analista Judiciário
17	14/02/2020 10:53:07	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 16) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (14/02/2020)	PAULO RICARDO SOUSA CAVALCANTE Analista Judiciário
<div>[+]</div> 16	14/02/2020 10:53:00	JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO	PAULO RICARDO SOUSA CAVALCANTE Analista Judiciário
<div>[+]</div> 15	14/02/2020 10:38:46	EXPEDIÇÃO DE MANDADO Prazo de 15 dias úteis. Referente ao evento (seq. 12) JUNTADA DE CERTIDÃO(31/01/2020 14:16:53). Natureza: Intimação. Parte: FERNANDA BARROS DE LIMA. Identificador do Cumprimento: 0002	PAULO RICARDO SOUSA CAVALCANTE Analista Judiciário
14	11/02/2020 00:01:45	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de FERNANDA BARROS DE LIMA) em 10/02/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 12) JUNTADA DE CERTIDÃO (31/01/2020) e ao evento de expedição seq. 13.	SISTEMA CNJ
13	31/01/2020 14:17:22	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de FERNANDA BARROS DE LIMA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 12) JUNTADA DE CERTIDÃO (31/01/2020)	Eduarda Araujo de Oliveira Estagiário



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08018553720208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FERNANDA BARROS DE LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas a perícia com o escopo de ser apurado o *quantum* devido em decorrência da lesão suportada.

DA AUSÊNCIA DE SEQUELA EM SEDE ADMINISTRATIVA

Frisa-se que aludida verificação realizada na seara administrativa é realizada por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável, e a conclusão nesta seara foi pela ausência de invalidez permanente, pois não apurada qualquer limitação do seguimento.

Verifica-se clara divergência no que diz respeito à existência de lesão indenizável.

Ocorre que, o perito administrativo, de forma acertada e devidamente embasada, entendeu que os danos suportados pela parte autora não se apresentaram suficientes a acarretar uma invalidez permanente, de forma contrária ao que tenta fazer crer o perito judicial, devendo tal situação ser devidamente considerada por esse d. Juízo.

Destaca-se que não se apresenta plausível a conclusão do n. perito judicial, mormente, por todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando o surgimento tardio de uma invalidez permanente.

Pelo exposto, a parte ré impugna expressamente o laudo pericial produzido, tendo em vista a divergência apontada, requerendo que seja a presente demanda julgada improcedente, e, extinta com fundamento no artigo 487 inciso I do CPC.

DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**¹.

Isso se deve ao fato de que os documentos médicos não comprovam que as invalidezes são efetivamente decorrentes do acidente noticiado, isso, se afirmar tendo em vista que o ÚNICO documento médico que aponta lesões, o faz maneira genérica como escoriações.

Verifica-se assim, que inexistente prova de que as escoriações levaram a uma invalidez, pois nem mesmo tratamento consta, além de não ter sido trazido aos autos o laudo corresponde aos exames realizados.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos NÃO atestam que existe nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo².

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 16 de abril de 2020.

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

¹×SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT. (TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)

²×APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL DE QUE AS LESÕES SÃO DECORRENTES DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 25/12/1992. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APENAS EM 12/06/2009, DEZESSETE ANOS APÓS O SUPOSTO ACIDENTE. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ART. 333, I, CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há nos autos qualquer elemento que comprove que as lesões suportadas pela apelante sejam decorrentes de acidente automobilístico. 2. A requerente sequer trouxe aos autos prova do atendimento hospitalar realizado na data do sinistro, ou ainda, prova do tratamento médico realizado decorrente das lesões alegadas. (TJ-PR 8967797 PR 896779-7 (Acórdão), Relator: Dartagnan Serpa Sa, Data de Julgamento: 24/05/2012, 9ª Câmara Cível)